

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.654 - SP (2019/0299070-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DANIEL DURVAULT ROITBERG - RJ168348**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JAQUELINE ALVES MATOS**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

A paciente alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo Tribunal de origem na Apelação n. 0029643-67.2017.8.26.0564.

Requer, liminarmente, lhe seja concedido o direito de aguardar em liberdade ou em regime aberto o julgamento final do *writ*. No mérito, postula a redução da pena-base e o abrandamento do modo inicial de cumprimento.

### **O pedido de urgência não comporta acolhimento.**

A ré foi condenada a 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 11 dias-multa, como incurso no art. 171, *caput*, do Código Penal. A pena-base foi fixada acima do mínimo legal em razão do "**valor do prejuízo causado à vítima**, consequência não reparada até o presente momento" (fl. 32, grifei).

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto a **indicação de elemento concreto dos autos para exasperar a pena-base e, por conseguinte, o agravamento do regime.**

Ademais, a questão atinente à dosimetria da pena **confunde-se com o próprio mérito da impetração**, razão pela deverá ser apreciada em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Devidamente instruídos os autos, dispense a solicitação de informações. Ao Ministério Público Federal para manifestação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

